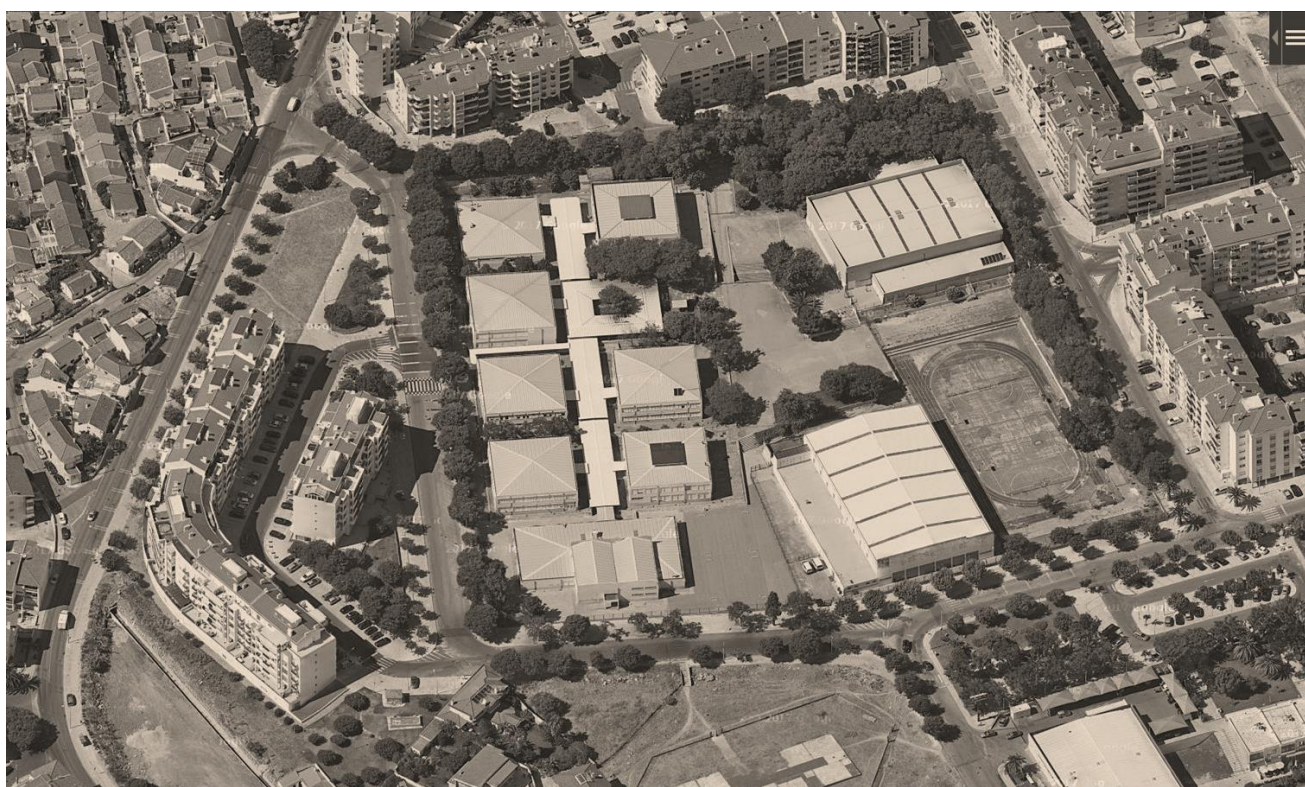


PROGRAMA PRELIMINAR



Concurso Público de Conceção para a Elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Secundária Fernando Lopes Graça.

ÍNDICE

1. PREÂMBULO.....	2
2. SÍNTESE HISTÓRICA DO LOCAL	3
3. ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	6
4. OBJETIVOS	9
5. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO.....	11
6. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO.....	14
7. CONDICIONANTES.....	20
8. CUSTO DE OBRA.....	20
9. ANEXOS AO PROGRAMA PRELIMINAR	21

1. PREÂMBULO

O Concurso Público de Conceção para a Elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Secundária Fernando Lopes Graça é uma iniciativa do Município de Cascais.

As escolas devem ser um elemento estratégico na construção de uma cultura de aquisição e de divulgação de conhecimento e é importante recentrá-las nas cidades. Devem ainda constituir-se como um espaço integrado de incentivo à aprendizagem ao longo da vida, suportado em ambientes adequados, confortáveis e estimulantes, que favoreçam atitudes, comportamentos e desempenho educativo daqueles que o utilizam (alunos, docentes, funcionários e encarregados de educação), promovendo e influenciando o diálogo e a comunicação entre todos.

Face à contínua degradação do edificado, sem que houvesse perspetiva de investimento por parte do Ministério da Educação, entidade que tem a responsabilidade dos estabelecimentos escolares do ensino secundário, o Município de Cascais, no âmbito da Carta Educativa do Concelho de Cascais aprovada em 2018, iniciou um processo negocial com aquele Ministério para celebrar um acordo global de requalificação dos estabelecimentos de ensino básico (2º/3º ciclo) e secundário do concelho. Este Acordo foi celebrado em 19 de julho de 2019, com um investimento municipal total estimado de 40 milhões de euros na requalificação de 11 estabelecimentos de ensino.

Em 2020, o Município de Cascais continua a dar resposta na resolução deste problema. Para além de uma construção renovada, pretende-se um programa educativo contemporâneo com as respetivas valências, bem como uma alteração de programa funcional em vários estabelecimentos.

A requalificação desta escola deverá obedecer aos princípios e objetivos definidos pela política educativa, refletida na conceção e na implantação da rede de estabelecimentos de educação e ensino.

A nova construção deve constituir-se como elemento estruturante do espaço público envolvente, com uma imagem arquitetónica bem identificada e que alcance um impacto público positivo.

Conhecedor desta realidade, o Município de Cascais, propõe-se desenvolver um concurso público de conceção para a elaboração do Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação da Escola Secundária Fernando Lopes Graça.

2. SÍNTESE HISTÓRICA DO LOCAL

A Escola Secundária Fernando Lopes-Graça foi criada em 1981. Inicialmente designava-se por Escola Secundária da Parede.

Situa-se no extremo SE da Freguesia da Parede, na Avenida Comandante Gilberto Duarte e Duarte, 470, Parede, pertencendo à área de influência da Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT).

A Escola é constituída por oito pavilhões, dois gimnodesportivos, um campo de jogos e respetivos espaços envolventes. Integra alunos residentes na União de freguesias de Carcavelos e Parede, S. Domingos de Rana e de forma menos significativa, de outras freguesias mais distantes.

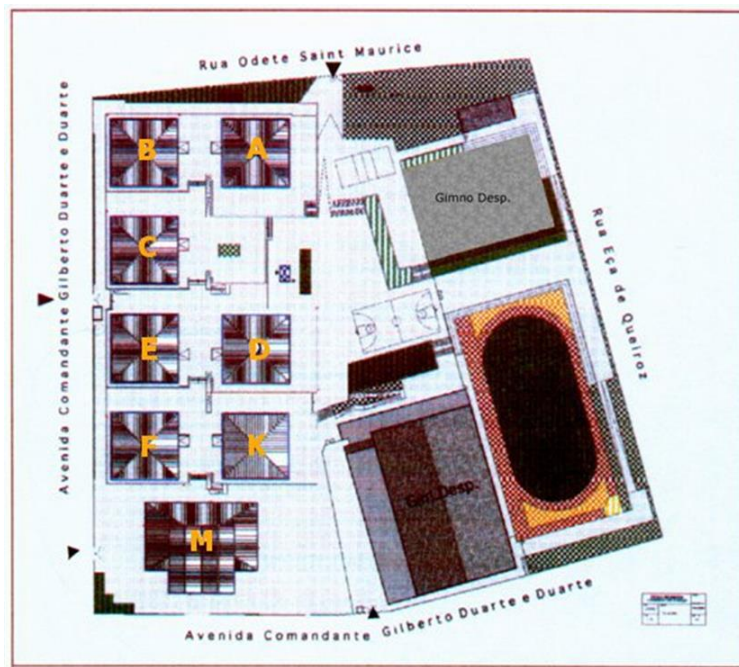


Figura 1 – Planta da Escola



Figura 2 – Entrada da Escola



Figura 3 – Fachadas dos pavilhões existentes



Figura 4 – Lago no Logradouro Existente



Figura 5 – Logradouro Existente

O seu patrono é Fernando Lopes-Graça, compositor português do século XX que viveu na Parede de 1960 a 1994, período em que compôs uma importante parte da sua obra, legada à Câmara Municipal de Cascais, e que atualmente se encontra na Casa Museu Verdades de Faria. Para além do legado musical, traduzido em diversos estudos musicológicos e etnomusicológicos, Lopes-Graça deixou uma vasta obra literária, tendo sido crítico e ensaísta em diversos jornais e revistas.

Ao adotar como patrono Fernando Lopes-Graça, a escola assume a sua ação pedagógica orientada para a educação global dos jovens de acordo com os princípios definidos na Carta Internacional dos Direitos Humanos.

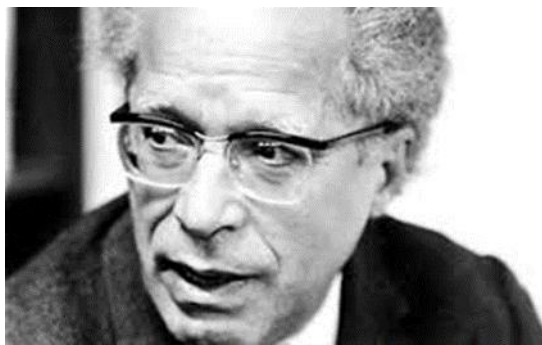


Figura 5 – Patrono Fernando Lopes - Graça

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO



Figura 6 – Localização da intervenção, escala territorial (ortofotomapa)

A área de intervenção encontra-se situada na Parede, Freguesia de Carcavelos e Parede, do Concelho de Cascais.

Esta freguesia conta com 99,77 km² de área e 42 162 habitantes (2011).

A área de intervenção está inserida numa parcela de terreno com cerca de 17.550,00 m².



Figura 7 – Localização da área de intervenção com limite do equipamento, escala urbana (ortofotomapa).

Segundo a classificação e qualificação do solo do PDM, a área de intervenção situa-se em Solo Urbanizado, Espaço de Equipamento.

3.1 Acessos

A rede viária local tem como eixo principal a Avenida Comandante Gilberto Duarte e Duarte. Esta avenida é servida por transportes públicos rodoviários e inclui um ponto de paragem.

Pretende-se incentivar acessos pedonais, cicláveis e de transporte público.



Figura 8 – Hierarquia viária local (nível 1 - vermelho; nível 2 - laranja; nível 3 - verde)

3.2 Topografia e vistas

A área de intervenção do projeto apresenta uma variação topográfica, com uma variação aproximada de 6m, e mais suave no limite sul.

No que diz respeito a vistas, o lado norte, nascente e poente é constituído por uma malha urbana muito densa, prédios com 4 e 5 pisos, que contribuem para uma frente de rua ativa.

O lado sul é composto por um equipamento desportivo de 2 pisos.

4. OBJETIVOS

Os principais objetivos para a elaboração do projeto, para além de desempenhar as suas funções específicas, são:

4.1 Inovação e identidade arquitetónica

Propor uma linguagem arquitetónica que interligue o carácter do lugar com uma visão contemporânea da aprendizagem:

- Criar uma identidade arquitetónica inovadora que reforce a memória da centralidade deste lugar, através da conceção de um edifício vocacionado para um forte sentido público;
- Interpretar a escola atual como pré-existência e ponto de partida do projeto;
- Considerar a hipótese de alterar as fachadas pontualmente, abertura de novos vãos ou alteração de vãos existentes, se essa alteração valorizar o projeto;
- Propor espacialidades e ambientes para o que podem ser espaços de aprendizagem no século XXI, potenciando igualmente modalidades de aprendizagem ao longo da vida, em contextos e projetos de educação formal e não formal.

4.2 Integração na envolvente

Integrar um equipamento de educação de proximidade ao serviço da área envolvente urbana, qualificando vistas, percursos de diferentes escalas e zonas de permanência no espaço público:

- Potenciar o sentido público deste edifício, através de uma presença urbana qualificada e de uma relação franca do edifício com as vistas de aproximação ao lugar;
- Relacionar percursos pedonais existentes e também propostos com toda a envolvente;
- Contribuir para um equilíbrio entre as diferentes escalas das construções envolventes;
- Maximizar o aproveitamento e manutenção das pré-existências arbóreas presentes em toda a área de intervenção.

4.3 Adequabilidade ao programa funcional

Definir uma solução com resposta eficiente ao programa preliminar, com clareza e funcionalidade na articulação dos vários espaços, interiores e exteriores:

- Otimização dos espaços de circulação no interior do edifício;

- Eficiente divisão de percursos para acesso dos vários utilizadores, sem perder o sentido de integração que se pretende;
- Boa articulação do projeto, com autonomia funcional da escola existente;
- Capacidade de flexibilidade dos espaços de permanência (ex: salas de aula, gabinetes) durante o horizonte de vida do edifício (por exemplo através de soluções racionalizadas de traçados de infraestruturas e sistemas construtivos de compartimentação interior que comportem com facilidade variações espaciais);
- Possibilidade de incluir espaços escolares também vocacionados para a comunidade (área do aluno, desporto, recreio) em períodos específicos, sem perda do sentido escolar durante o funcionamento regular.

4.4 Exequibilidade técnica e sustentabilidade da proposta

Aplicar soluções construtivas e técnicas que apresentem boa exequibilidade e execução eficiente dentro dos prazos definidos, bem como uma relação vantajosa entre o custo da intervenção e as soluções de eficiência energética e sustentabilidade propostas:

- Incorporar estratégias de sustentabilidade, de modo a reforçar os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável do concelho;
- Capacidade de obter certificação de sustentabilidade através de sistemas reconhecidos internacionalmente (âmbitos: projeto, construção e manutenção);
- Aplicar soluções ligadas à sustentabilidade, passíveis de ser mensuradas em sistemas de certificação de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente, compatíveis com os objetivos gerais de projeto;
- Utilizar estratégias passivas de conforto ambiental reduzindo gastos energéticos e garantindo a certificação energética Classe A para o(s) edifício(s);
- Privilegiar um sistema construtivo composto por materiais locais, de reduzida pegada ambiental e um ciclo de vida com durabilidade e manutenção eficientes;
- Aplicar soluções de uso eficiente de água;
- Aproveitamento de luz e ventilação natural;
- Minimizar a sobreposição entre a implantação do novo edifício e a implantação atual do corpo edificado da escola, de modo a privilegiar a continuidade do funcionamento escolar ao longo da obra;
- Otimização e eficiência do projeto em função do limite orçamental definido.

5. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Este capítulo reúne orientações ao projeto de caráter conceptual.

O projeto deverá basear-se em 3 conceitos fundamentais:

- **SIMPLICIDADE**
- **FLEXIBILIDADE**
- **FUNCIONALIDADE**

As condições físicas influenciam e condicionam comportamentos e, por este motivo, devem ser exaustivamente refletidas e projetadas no sentido da otimização da aprendizagem ao longo da vida e de qualidade para todos, perspetivando a inclusão, a adaptabilidade e o sucesso.

Os novos volumes ou ampliações devem assegurar a eficácia física e funcional do edificado, garantindo em cada momento a capacidade de adequação ao projeto educativo específico, promovendo:

- Espaços atrativos, capazes de proporcionar bem-estar e de garantir boas condições físico-construtivas para uma aprendizagem dinâmica;
- Espaços flexíveis, capazes de se adaptarem de forma célere, imediata e a custos mínimos, à evolução dos currículos, das solicitações do tempo e das comunidades e das tecnologias;
- Espaços multifuncionais, capazes de possibilitar uma utilização diversificada e alargada à comunidade;
- Espaços seguros, acessíveis e inclusivos onde todos os cidadãos acedam com facilidade, independentemente de mobilidade condicionada ou de necessidades educativas especiais;
- Soluções espaciais, construtivas e ambientais duradouras, que garantam o baixo custo de gestão e manutenção e aumentem o ciclo de vida das construções.

5.1. Modelo conceptual

O modelo concetual resulta da materialização deste conceito que define a escola como um espaço de incentivo à aprendizagem, associado às características e condicionantes do espaço disponível e da envolvente, e ainda, à necessidade de assegurar outras condições como:

- Implementação de um modelo sustentável que permita uma gestão mais eficiente dos recursos económicos, sociais e ambientais;
- Possibilidade de abertura de alguns setores à comunidade exterior;

- Construção, autónoma ou com a comunidade, de contextos de educação formal e não formal, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, perspetivando a existência de ambientes adequados e organizados para responder aos grupos que manifestem a sua vontade pessoal de alargar o seu repertório de competências pessoais, sociais e emocionais, correspondentes às exigências contemporâneas da sociedade e mercado de trabalho.
- Capacidade de se adaptar a estudos de viabilidade técnico-financeira para implementação de sistemas de eficiência hídrica nas escolas (em curso por equipas externas contratadas pela CMC).

5.2. Níveis de hierarquização funcional

Este modelo está organizado em três níveis de hierarquização (correspondentes às condições de acesso permitidas à comunidade escolar) que agregam em si áreas funcionais interligadas através de um sistema vivencial da escola/aprendizagem dinâmica (áreas de circulação e estadia), que contribui para o desenvolvimento de atividades de ensino informal e para a implementação de uma cultura de aprendizagem no espaço escolar.

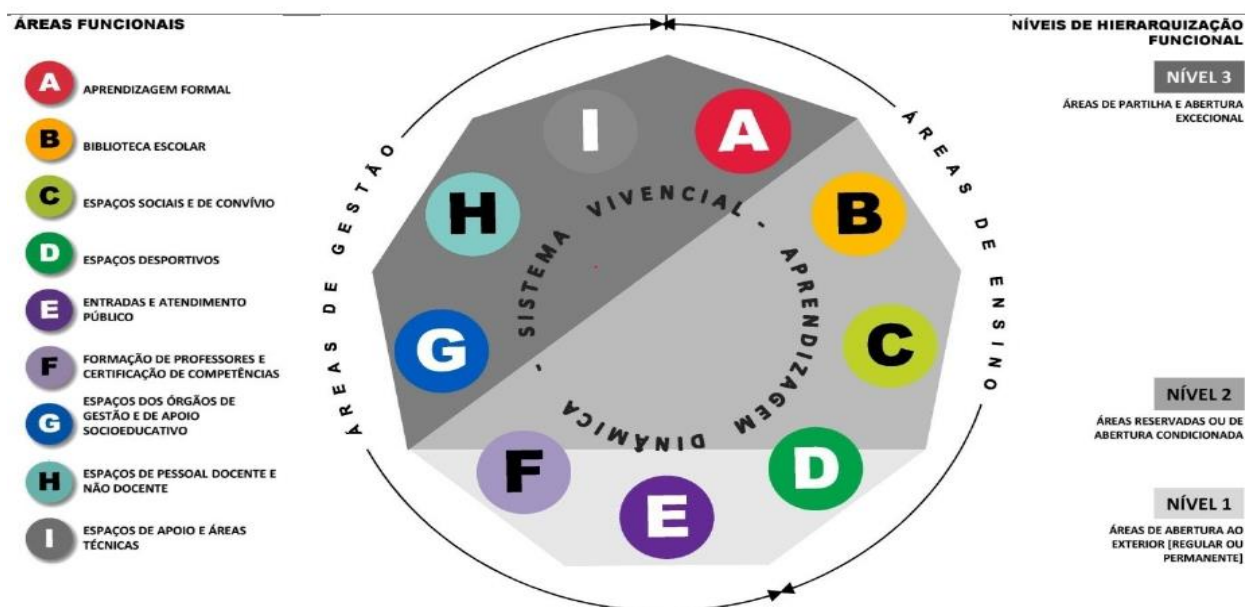


Figura 9 – Diagrama de organização entre as áreas funcionais.

NÍVEIS	UTILIZAÇÃO	ESPAÇOS	CONDIÇÕES
NÍVEL 1	Associa as áreas funcionais com possibilidade de utilização pela comunidade não exclusivamente escolar.	<u>ESPAÇOS D</u> espaços desportivos <u>ESPAÇOS E</u> entradas e atendimento geral <u>ESPAÇOS F</u> espaços de formação de professores e de certificação de competências	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso direto a partir do exterior • Condições de funcionamento no período pós-letivo ou com os restantes núcleos inativos • Condições de acesso exclusivo sem pôr em causa a segurança dos restantes espaços e núcleos
NÍVEL 2	Associa as áreas funcionais essencialmente afetas à comunidade escolar (alunos, pessoal docente e não docente), constituindo-se como uma área dinâmica não letiva	<u>ESPAÇOS B</u> biblioteca escolar <u>ESPAÇOS C</u> espaços sociais e de convívio	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso facilitado a partir do exterior • Localização em pontos centrais no sistema vivencial da escola • Organização das principais atividades de dinâmica estudantil • Articulação entre os núcleos de aprendizagem formal específicos
NÍVEL 3	Associa as áreas funcionais afetas à comunidade escolar (alunos, pessoal docente e não docente)	<u>ESPAÇOS A</u> espaços de aprendizagem formal <u>ESPAÇOS G</u> espaços de órgãos de gestão e de apoio socioeducativo <u>ESPAÇOS H</u> espaços de pessoal docente e de pessoal não docente <u>ESPAÇOS I</u> espaços de apoio e áreas técnicas	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso controlado ou restrito • Articulação em núcleos

Figura 10 – Condições gerais dos níveis de hierarquização funcional.

CONDIÇÕES FÍSICAS	CONDIÇÕES FUNCIONAIS
Garantir o prolongamento natural dos espaços interiores para o exterior.	Valorizar a confluência de percursos.
Dispor de boa iluminação natural.	Garantir boas condições de relação visual, potenciando a vigilância natural.
Garantir mobiliário adequado a: <ul style="list-style-type: none"> • estudo informal; • reunião; • exibição de conteúdos didáticos e acervos museológicos, de âmbito temporário ou permanente. 	Permitir visibilidade entre as circulações, as áreas de ensino e o exterior.
Garantir as instalações técnicas que permitam a utilização de diversos suportes tecnológicos, flexibilizando a função e o uso dos espaços.	Permitir visibilidade em altura, quando organizada em diferentes níveis.

Figura 11 – Condições físicas e funcionais dos espaços

6. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

A Escola Secundária Fernando Lopes Graça foi inaugurada em 1980. Desde sempre que teve a oferta do ensino 3º ciclo e secundário. Em 2010, com a agregação da EB S. António, o Agrupamento de escolas de Parede, sediado na Escola Secundária Fernando Lopes Graça, passou a ter dois estabelecimentos de ensino com oferta de 3º ciclo, o que tem causado alguns constrangimentos ao seu funcionamento.

Verificando-se um aumento da procura de 1º e 2º ciclo que não tem tido correspondência na oferta na área de Parede e Carcavelos, propõe-se que o 3º ciclo de escolaridade do Agrupamento seja agrupado na ES Fernando Lopes Graça, aumentando-a em mais 12 turmas. A Escola Básica de Sto. António, que a partir do próximo ano letivo 2020/21 será já uma Básica integrada, com a inauguração no seu interior do novo edifício do 1º ciclo, ficará com oferta acrescida de 1º/2º ciclo por via da transferência para a Escola Secundária F.L.Graça do 3º ciclo, procurando-se assim, articular ajustar a oferta à procura.

O edificado tem recebido ao longo dos tempos algumas obras de beneficiação e manutenção. A Câmara Municipal de Cascais realizou nos anos mais recentes a retirada das placas de fibrocimento dos telheiros, a requalificação do refeitório e cozinhas e a requalificação das instalações desportivas exteriores.

A localização da Escola no espaço urbano confere-lhe uma importância acrescida como equipamento de utilização comunitária, que ultrapassa a função educativa, partilhando já hoje os seus espaços desportivos com a comunidade, nomeadamente com o Parede Futebol Clube.

Da análise realizada às atuais instalações, concluiu-se que para acolher o aumento de turmas de 3º ciclo a transferir da EB S. António, é necessário construir um novo bloco de salas de aula.

As intervenções que se preconizam para este programa são:

- Construção de 13 novas salas de aula normal, 2 laboratórios de ciências, 1 sala de artes e um núcleo de necessidades de saúde especiais, gabinetes de trabalho e atendimento, instalações sanitárias, salas de apoio e gabinete de primeiros socorros (conforme Programa Funcional do presente concurso);
- Requalificação dos espaços exteriores e logradouro tendo como principais objetivos, a envolvente do novo edificado e a beneficiação da entrada principal da escola, com a criação de nova portaria e átrio coberto; deverá estar assegurada a ligação coberta e acessibilidade a pessoas com dificuldades de locomoção, entre todos os blocos edificados e a edificar (conforme Programa Funcional do presente concurso).

6.1 UTILIZAÇÃO PREVISTA

De acordo com as orientações da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação, a nova Escola terá como orientação programática a tipologia de 60 turmas no total, num regime normal de 36 horas semanais, para receber alunos do secundário. Prevê-se no regime normal, como número máximo de alunos 1.500 alunos (25 * 60 turmas).

6.2 PROGRAMA FUNCIONAL

O Programa Funcional é organizado, de acordo com a sua qualidade e função, nos seguintes grupos de espaços:

- A. Aprendizagem Formal;
- B. Núcleo do aluno e espaço de apoio;
- C. Entradas e atendimento ao Público;
- D. Espaço de órgãos de gestão e apoio socioeducativo;
- E. Espaço de apoio e áreas técnicas;

O programa funcional poderá ser otimizado em áreas que considerem transversais aos vários espaços, necessárias ao projeto, designadamente áreas para instalações sanitárias, instalações técnicas, entre outras, e de acordo com os regulamentos em vigor.

[ver Anexo 3: Programa Funcional \(.pdf\)](#)

6.3 ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO

A solução global de implantação do novo edifício deverá ter em conta todos os acessos presentes nas áreas confinantes com a área de intervenção.

6.3.1. Transição direta entre instalações existentes e futuras

A solução de implantação a adotar para a nova construção deverá ter em conta a possibilidade de transição direta dos alunos e funcionários das instalações existentes para as futuras, sem necessidade de recorrer a instalações provisórias. Consequentemente, pretende-se minimizar a sobreposição entre a implantação da nova construção e a implantação do corpo edificado atual, de modo a privilegiar a continuidade do funcionamento da escola ao longo da obra.

6.3.2. Espaços existentes que poderão integrar demolições prévias à construção do novo edificado

Apesar das condições indicadas no número anterior, as áreas previstas no programa funcional (ou parte delas) poderão sobrepor-se a alguns espaços existentes. Estes espaços correspondem a quatro ambientes: à área existente em frente ao Pavilhão C, atualmente ocupado por telheiro; um pré-fabricado da associação de estudantes; um lago; o espaço existente dedicado à portaria, que se encontra junto à entrada principal. São áreas da escola considerados não essenciais ao presente funcionamento escolar, ou elementos a reformular, e que poderão integrar demolições prévias à fase de construção.

(ver Anexo 1.1 – Levantamento Topográfico e Arquitetónico com delimitação da área de intervenção e identificação de espaços existentes que poderão integrar demolições prévias).

6.3.3 Espaços existentes que poderão ser ampliados

Apesar das condições referidas no 6.3.1, o Pavilhão C, junto à entrada da escola, poderá ser alvo de ampliação ao nível do piso térreo, se a estratégia de projeto assim o considerar.

ver Anexo 1.2: Levantamento Arquitetónico Interiores (.dwg)

6.4. NOTAS PARA A SOLUÇÃO DE ARQUITETURA

O programa funcional poderá estar distribuído em mais do que um edifício, e ser organizado em pisos sobrepostos, no máximo de três, e com a possibilidade de acessos desnivelados entre si. O novo espaço, poderá prever ainda ao nível do piso térreo, uma área de estadia e de circulação. Deverá em todo o caso ser mantido o sentido de unidade e de conjunto (se possível com ligações cobertas) e a respetiva articulação com o edificado existente.

O programa funcional destinado ao núcleo de necessidades de saúde especiais deverá preferencialmente estar disposto em piso térreo.

6.4.1 Espaços interiores

As instalações devem respeitar as normas que regulam os espaços onde funcionam atividades educativas, e permitir boas condições de iluminação, insonorização e climatização.

Os espaços educativos e de trabalho, em particular expostos a sul, devem prever estratégias de sombreamento de modo a assegurar a boa climatização, sem pôr em causa a utilização da iluminação natural.

Deverão ser utilizados materiais que reduzam a propagação sonora e evitar grandes superfícies que ampliem o ruído nos espaços de circulação, estadia e lazer.

Deve ser privilegiada a ventilação natural e transversal das salas de aula, evitando recorrer a meios mecânicos em situações normais.

Prever a instalação de meios de produção de energia elétrica pelo menos equivalente ao consumo diário em iluminação.

6.4.2 Espaços interiores e exteriores (descobertos e cobertos) de estadia e circulação

Sempre que possível devem proporcionar-se espaços de trabalho informal, individual ou pequenos grupos, com materiais ajustados às idades dos utentes.

Da mesma forma, na área de logradouro (espaços exteriores) podem existir espaços de sombreamento (pérgulas com cobertura natural e ou artificial) para estadia de lazer ou trabalho de lazer em pequenos grupos.

A circulação entre os diversos edifícios (caso exista mais que um corpo) deve ter, pelo menos uma cobertura.

6.4.3 Espaços destinados a atividades educativas

Os espaços dedicados às atividades educativas devem ter em consideração que as novas estratégias educativas privilegiam as metodologias de trabalho colaborativo e de grupo - em detrimento da sala de aula tradicional, assente no trabalho expositivo e individual, devendo por isso prever-se:

- Flexibilidade das salas de aprendizagem formal, sempre que possível introdução de divisórias amovíveis, que permitam diversas opções de dimensão e forma da sala, circulação interior entre as salas e acesso visual desde o espaço de circulação;
- Insonorização ou conforto acústico em consideração com as estratégias educativas que apelam mais à participação individual e em grupo, naturalmente mais ruidosas;
- Funcionalidade dos espaços e equipamentos;
- Simplicidade nas soluções construtivas e arquitetónicas;
- Elevada robustez e baixa necessidade de manutenção dos materiais;
- Conforto acústico (prioritário nos espaços de aprendizagem);
- Conforto térmico (sistemas naturais e passivos);
- Infraestruturas que permitam o uso das tecnologias digitais associadas à Educação;
- Infraestrutura de rede WiFi, acessível em todo(s) o(s) edifício(s) e no logradouro/recreio.

6.4.4 Equipamento e mobiliário

Devem ser previstos cacifos previstos individuais para os alunos nas zonas de circulação junto às novas salas de aula. O nº de cacifos a considerar será aproximadamente metade da capacidade máxima de alunos prevista (nº de referência: 188 cacifos individuais / dimensões referência 1 cacifo: 30cm largura x 45cm altura x 50cm profundidade). O mobiliário e equipamento dos espaços educativos devem conjugar sempre que possível as características de mobilidade, flexibilidade, durabilidade, robustez, conforto, baixa manutenção, e sustentabilidade, e que possibilitem a utilização das novas tecnologias digitais associadas à Educação.

6.4.5 Espaços exteriores e logradouro / recreio

Pretende-se dotar este estabelecimento escolar de espaços exteriores de qualidade e adaptados às necessidades sociais e educacionais da comunidade escolar, contribuindo para uma vivência escolar de excelência.

Deste modo, assinalam-se como objetivos gerais para os espaços exteriores:

- Garantir o devido enquadramento do tecido edificado, tendo em conta as suas funcionalidades e a sua relação com a envolvente, tornando o espaço mais aprazível;
- Proporcionar um espaço que fomente o convívio e a sociabilização dos alunos, criando condições para lazer, recreio e estadia no exterior, tendo em conta o bem-estar e a segurança de todos;
- Valorizar a sustentabilidade ecológica e ambiental do espaço, promovendo a vertente de educação ambiental, estimulando a preocupação com o meio ambiente e incentivando às boas práticas ambientais;
- Deverão, sempre que possível e que faça sentido na estratégia de projeto, ser propostos espaços com boas condições de permeabilidade do solo e soluções naturais de infiltração da água.
- Assegurar a diversidade de espaços, no que respeita a tipologias e usos, possibilitando a realização de várias atividades no mesmo espaço, contribuindo para a coesão social da comunidade escolar;
- Construir espaços verdes aprazíveis e úteis às atividades escolares, aumentando a qualidade de vida dos alunos mas também possibilitando a extensão das atividades letivas;
- Permitir flexibilidade para futuras alterações e mudanças.

De forma a atingir os objetivos propostos, propõe-se um espaço exterior em que a segurança e a acessibilidade sejam características fundamentais, desenhando espaços amplos com elevada visibilidade, bem iluminados e sem áreas sobrantes. Deverá ser assegurada uma circulação simples e acessível para todos, utilizando pavimentos confortáveis e alternativas de rampas às escadas.

O espaço exterior pretende ser um prolongamento do espaço interior, da sua atividade letiva e práticas de aprendizagem (formal e informal). É importante que cada um dos espaços exteriores anexos aos edifícios seja adequadamente tratado consoante as tipologias dos espaços letivos e não letivos contíguos (salas de aula, laboratórios, oficinas, ginásio, refeitório/bar, salas de convívio, etc.), mantendo assim uma relação funcional semelhante.

As soluções para espaços verdes deverão enquadrar vários usos, como o lazer, o recreio, a estadia, áreas desportivas, áreas de enquadramento e também áreas exteriores alternativas para o desenvolvimento de projetos educativos, espaços para “aulas ao ar livre”, espaços de estudo ao ar livre ou até zonas de exposições temporárias ou permanentes.

De um modo geral, as opções de projeto poderão prever as devidas adaptações do existente, orientadas para as seguintes vertentes:

- Conceção geral de espaço exterior multifuncional de desenho claro e simples, contemplando soluções ambientalmente sustentáveis;
- Conservação e manutenção do património vegetal. As árvores adultas existentes deverão ser avaliadas e criteriosamente escolhidas as opções a adotar em cada caso, preservando sempre a qualidade do estrato arbóreo. O revestimento vegetal arbustivo e herbáceo deverá ser de crescimento rápido e adaptado às condições do local. A opção de revestimento do solo através da instalação de prados permite a incorporação de uma maior diversidade de espécies resistentes à secura e ao pisoteio e menos exigentes em termos de manutenção. Deverão ser utilizadas espécies autóctones que minimizem o consumo de água e a sua manutenção, agrupadas de acordo com as suas necessidades hídricas. Será valorizado a manutenção do maior número de árvores possível e a sua boa integração nos novos contextos a propor.
- Aposta em pavimentos confortáveis que potenciem a elevada mobilidade no espaço e permitam a sua utilização por pessoas com mobilidade reduzida, apresentando elevada resistência à degradação (optar sempre que possível por materiais permeáveis);
- Revisão do equipamento e do mobiliário urbano existente, considerando que o mobiliário a aplicar deverá ser de qualidade, resistente à agressividade do meio e ao vandalismo e de fácil manutenção ou reparação;
- Adaptação dos sistemas de rega, potenciando a sua eficiência e tendo em conta a criação de circuitos independentes de abastecimento de água, devendo as soluções previstas no projeto minimizar o consumo da mesma.

6.4.6 Estacionamento Bicicletas

Deverá ser pensado estacionamento no interior para veículos de duas rodas. O número a prever deverá ser de acordo com o estipulado no PDM.

Nota: Na definição destas especificações técnicas, foi seguido o manual “Especificações Técnicas de Arquitetura para Projeto do Edifício Escolar”, Versão 2.2; fevereiro 2017.

ver Anexo 3.1 - Especificações Técnicas de Arquitetura para Projeto do Edifício Escolar

7. CONDICIONANTES

No desenvolvimento da proposta deverão ser consideradas pelos concorrentes as seguintes condicionantes:

- Viabilidade de obra em consonância com a atividade escolar no espaço existente;
- Proposta de faseamento de obra em conformidade com a estratégia de projeto e edificado existente;
- Qualificação de acessos, integrados na área de intervenção;
- Proposta de soluções de sustentabilidade mensuráveis;
- Adequação da solução projetada ao limite máximo da estimativa de custos total da obra.

8. CUSTO DE OBRA

As propostas apresentadas deverão adaptar-se às contingências económicas atuais, procurando aliar soluções de criatividade a soluções de custo racionalizado.

O valor máximo estimado para o custo da intervenção (em estrutura edificada e requalificada) é **2.250.000,00 € (dois milhões e duzentos e cinquenta mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O valor máximo estimado global, para além do custo de intervenção já referido, **deverá incluir a parcela referente à requalificação dos arranjos exteriores, que não deverá ultrapassar os 10% do valor referido anteriormente**, e será avaliada a viabilidade da sua execução, na segunda fase de obra, prevista neste programa.

9. ANEXOS AO PROGRAMA PRELIMINAR

O presente documento é composto pelos seguintes anexos:

Anexo 1: Levantamento Topográfico e Arquitetónico (.dwg)

Anexo 1.1: Levantamento Topográfico e Arquitetónico com delimitação da área de intervenção e identificação de espaços existentes que poderão integrar demolições prévias (.pdf) e (.dwf)

Anexo 1.2: Levantamento Arquitetónico Interiores (.dwg)

Anexo 2: Levantamento fotográfico (.jpg)

Anexo 3: Programa funcional (.pdf)

Anexo 3.1: Especificações técnicas de arquitetura para projeto do edifício escolar (.pdf)

Anexo 4: Ortofotomapa (.jpg)

Anexo 5: RUEM Cascais (.pdf)

Anexo 6: Regulamento P.D.M. Cascais (.pdf)